

APOLLO 17 PARTICIPAÇÕES S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2024

APOLLO 17 PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas - método indireto

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Apollo 17 Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Apollo 17 Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais, individuais e consolidados, em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Apollo 17 Participações S.A., em 31 de dezembro de 2024, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Considerando a atividade de holding desempenhada pela Companhia, os principais assuntos de auditoria são temas advindos do investimento em controlada, portanto, não existem principais assuntos de auditoria para as demonstrações contábeis individuais. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas, como um todo, e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Mensuração do ativo contratual (Nota nº 3.2)

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 3.2 das demonstrações financeiras, a controlada mantém um ativo contratual referente à receita da infraestrutura de transmissão, mesmo após a conclusão da construção. Esse ativo representa o direito da controlada em receber os pagamentos futuros pelos investimentos realizados na infraestrutura, incluindo a margem de construção e a remuneração dos ativos da concessão (Nota Explicativa nº 6).

O reconhecimento desse ativo e da receita, de acordo com o CPC 47, exige julgamentos sobre o momento em que a controlada obtém o controle do direito de uso dos ativos. Além disso, a medição do progresso da controlada no cumprimento das obrigações de desempenho ao longo do tempo envolve estimativas e julgamentos da Administração. Isso inclui a previsão dos esforços e recursos necessários, como materiais, mão de obra e margens de lucro, bem como a projeção das receitas futuras esperadas.

Alterações nas premissas utilizadas pela empresa, ou mudanças nas condições externas, podem impactar significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Administração.

Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia para exercer esse julgamento, ou mudanças nas condições externas, podem impactar significativamente o montante reconhecido nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação dos procedimentos relacionados aos gastos realizados para a execução do contrato;
- Análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato;
- Análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual;
- Análise da atribuição de receita a cada uma das obrigações de performance presentes no contrato de concessão;
- Análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio do recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e atividade de transmissão de energia elétrica;
- Avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia, estando as informações apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas apropriadas no contexto.

Valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, as quais emitiram opinião sem modificação na data de 14 de março de 2024.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessarem suas operações, ou não tenham nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2025.

Apollo 17 Participações S.A.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	244	629	9.945	13.412
Contas a receber	5	-	-	4.162	3.578
Ativo contratual de concessão	6	-	-	39.571	38.890
Tributos a recuperar		130	123	183	176
Estoques		-	-	2.162	2.161
Dividendos a receber	8	5.989	7.710	-	-
Outros ativos		-	-	132	76
Total do ativo circulante		6.363	8.462	56.155	58.293
Ativo não circulante					
Caixa restrito	7	5.762	4.911	13.904	8.940
Ativo contratual de concessão	6	-	-	306.063	305.292
Tributos a recuperar		-	-	631	631
Investimentos	8	239.819	226.091	-	-
Imobilizado		-	-	190	205
Total ativo não circulante		245.581	231.002	320.788	315.068
TOTAL DO ATIVO		251.944	239.464	376.943	373.361

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024		31/12/2024	
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>					
Passivo circulante					
Fornecedores		14	36	1.052	1.242
Empréstimos e financiamentos	9	-	-	10.752	10.975
Debêntures	9	11.522	9.608	11.522	9.608
Obrigações tributárias	10	6	4	723	2.420
Tributos diferidos	11	-	-	1.549	1.517
Encargos setoriais		-	-	588	652
Dividendos a pagar	12	12.214	11.221	12.214	11.221
Outros passivos		-	-	5	5
Total do passivo circulante		23.756	20.869	38.405	37.640
Passivo Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	9	-	-	87.025	93.904
Debêntures	9	76.190	78.454	76.190	78.454
Tributos diferidos	11	-	-	21.942	21.834
Taxas regulamentares diferidas		-	-	1.383	1.377
Outros passivos		-	-	-	11
Total do passivo não circulante		76.190	78.454	186.540	195.580
Patrimônio líquido					
	12				
Capital social		153.933	153.933	153.933	153.933
Reserva de capital		(69.914)	(69.914)	(69.914)	(69.914)
Reservas de lucros		67.979	56.122	67.979	56.122
Total do patrimônio líquido		151.998	140.141	151.998	151.998
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		251.944	239.464	376.943	373.361

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Apollo 17 Participações S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024
Receita líquida					
Remuneração dos ativos da concessão líquida	13	-	-	33.997	44.517
Receita de operação e manutenção líquida	13	-	-	4.638	3.204
Custo					
Custos dos serviços prestados	14	-	-	(3.779)	(3.340)
Lucro bruto		-	-	34.856	44.381
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	15	(467)	(801)	(1.018)	(1.600)
Resultado de equivalência patrimonial	8	25.217	32.462	-	-
Outras receitas operacionais	15	-	-	13	126
Lucro operacional antes das receitas financeiras		24.750	31.663	33.851	42.907
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	16	474	482	1.563	2.030
Despesas financeiras		(9.673)	(9.125)	(18.265)	(19.833)
		(9.199)	(8.643)	(16.702)	(17.803)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		15.551	23.018	17.149	25.104
Impostos de renda e contribuição social					
Corrente	17	-	-	(1.533)	(1.717)
Diferido	18	-	-	(65)	(369)
Lucro líquido do exercício		15.551	23.018	15.551	23.018

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Apollo 17 Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	15.551	23.018	15.551	23.018
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	15.551	23.018	15.551	23.018

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Apollo 17 Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Reserva de Capital</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva de lucros a realizar</u>	<u>Reserva de retenção de lucros</u>	<u>Lucros (Prejuízos) acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	153.933	(69.914)	2.217	36.355	-	-	122.590
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	23.018	23.018
Reserva legal	-	-	1.151	-	-	(1.151)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(5.468)	(5.468)
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	11.614	-	(11.614)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	4.785	(4.785)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	153.933	(69.914)	3.368	47.969	4.785	-	140.141
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	15.551	15.551
Reserva legal	-	-	778	-	-	(778)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(3.693)	(3.693)
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	1.451	-	(1.451)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	9.629	(9.629)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	153.933	(69.914)	4.145	49.420	14.414	-	151.998

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Apollo 17 Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	15.551	23.018	15.551	23.018
Ajustes no lucro para:				
Equivalência patrimonial	(25.217)	(32.462)	-	-
Rendimentos de aplicações financeiras restritas	(470)	(486)	(1.041)	(1.207)
Encargos de empréstimos e debêntures	9.271	8.720	16.318	16.266
Depreciação	-	-	15	15
Amortização custo de empréstimo e debêntures	217	216	512	510
	(648)	(994)	31.355	38.602
(Aumento) redução dos ativos operacionais				
Tributos a recuperar	(7)	(2)	(7)	43
Contas a receber	-	-	(584)	(168)
Ativo contratual de concessão	-	-	(1.452)	(11.613)
Estoque	-	-	(1)	456
Outros ativos	-	-	(56)	15
	(7)	(2)	(2.100)	(11.267)
Aumento (redução) dos passivos operacionais				
Fornecedores	(23)	34	(191)	(461)
Obrigações tributárias	2	4	(748)	(400)
Encargos setoriais	-	-	(58)	1.533
Impostos diferidos	-	-	375	860
Outros passivos	-	-	(11)	2
	(21)	38	(633)	1.534
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(1.184)	(1.497)
Dividendos pagos	(2.700)	-	(2.700)	(3.968)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) pelas atividades operacionais	(3.376)	(958)	24.738	23.404
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Caixa restrito	(381)	(1.865)	(3.923)	630
Dividendos recebidos	13.210	8.258	-	-
Adições ao imobilizado	-	-	-	(5)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	12.829	6.393	(3.923)	625
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento de empréstimo e debêntures – principal	-	-	(7.174)	(8.800)
Pagamento de empréstimo e debêntures - juros	(9.838)	(4.815)	(17.108)	(12.750)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(9.838)	(4.815)	(24.282)	(21.550)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(385)	620	(3.467)	2.479
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	629	9	13.412	10.933
No fim do exercício	244	629	9.945	13.412
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(385)	620	(3.467)	2.479

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Apollo 17 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Apollo 17 Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Rua Amauri nº 255, 2º andar, Jardim Europa, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 01448-000.

A Companhia foi constituída em 15 de junho de 2020 sob a denominação de SF 213 Participações Societárias S.A., tendo por objeto social a participação em outras sociedades, seja exercendo o controle ou participando em caráter permanente com investimento relevante em seu capital em empresas nacionais ou estrangeiras, na condição de acionista, sócia, quotista ou titular de debêntures. Em 08 de setembro de 2020 a Companhia foi adquirida pelo fundo Perfin Apollo Energia Fundo de Investimentos em Participações - IE, e passou a denominar-se Apollo 17 Participações S.A.

Em 08 de junho de 2021, foi aprovado um aumento de capital da Companhia, o qual passou para R\$ 215.203, mediante a emissão de 214.033.000 (duzentos e quatorze milhões, trinta e três mil) novas ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 214.033, as quais foram totalmente subscritas e integralizadas pelo fundo Perfin Apollo Energia Fundo de Investimentos em Participações – IE por meio do aporte de 100% das ações da CGI - Transmissora Campina Grande Igarapu S.A. então de titularidade do fundo. Com isso, a CGI passou a ser a controlada direta da Companhia e indireta do fundo. Essa reorganização foi realizada para melhorar a estrutura societária da Companhia, bem como para atender a determinadas obrigações assumidas na escritura de emissão das debêntures.

Por meio do Despacho no. 486 de 23 de fevereiro de 2021, a ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica anuiu previamente à operação de transferência de controle societário direto da CGI -Transmissora Campina Grande Igarapu S.A., que passou a ser controlada pela Apollo 17 Participações S.A. em 08 de junho de 2021.

A CGI tem por objeto social a transmissão de energia elétrica, incluindo a construção, a montagem, a operação e a manutenção da instalação de transmissão pelo prazo de 30 (trinta) anos, referente ao lote 23, objeto de leilão 05/2016 da ANEEL, composto pela instalação localizada nos estados da Paraíba e de Pernambuco: LT 500 kV Campina Grande III - Pau Ferro, com 136 km, nos termos do Contrato de Concessão a ser celebrado com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (“Contrato de Concessão”) em 11 de agosto de 2017 e do Edital do Leilão ANEEL nº 05/2016 até agosto de 2047.

Apollo 17 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional--Continuação

1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas para o exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2024 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia e de sua controlada em darem continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia, conforme Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral.

Os membros da Administração da Companhia examinaram o conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e concluíram que as mesmas traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira individual e consolidada naquela data, e as aprovam em 28 de março de 2025.

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

2.1. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo por meio do resultado e custo amortizado.

Apollo 17 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas -- Continuação

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada. Todas as informações financeiras foram apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, caso contrário será registrado no circulante.

2.4. Determinação do valor justo

Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou não negociados em mercados ativos, a Companhia e sua controlada fazem a avaliação por meio do uso de diversas técnicas e usa seu julgamento para escolher métodos e definir premissas que se baseiam, principalmente, nas condições de mercado existentes na data do balanço e a análise de fluxos de caixa descontados.

2.5. Base de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas correspondentes aos exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada, apresentadas abaixo:

	<u>% de</u> <u>participação</u>	<u>Tipo</u> <u>relacionamento</u>	<u>de</u>
CGI - Transmissora Campina Grande S.A.	100,00%	Controlada	

Controladas são consolidadas a partir da data na qual a Companhia obteve o controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixar de existir.

As demonstrações financeiras da controlada foram preparadas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes com as políticas adotadas pela controladora.

Apollo 17 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

Para a consolidação, os seguintes critérios são adotados:

- (i) Eliminação dos investimentos em empresa controlada, bem como os resultados das equivalências patrimoniais; e
- (ii) Eliminação dos lucros provenientes de operações realizadas entre as empresas consolidadas, assim como os correspondentes saldos de ativos e passivos.

2.6. Investimentos

Controlada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce o poder em suas deliberações sociais e de eleger os seus administradores.

Os investimentos da Companhia em sua controlada são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma controlada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da controlada a partir da data de aquisição.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da controlada. Eventual variação em outros resultados abrangentes da investida são apresentados como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio das controladas, coligadas e controlada em conjunto, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e controlada são eliminados.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de reporte, se há evidência objetiva de que o investimento na controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil, e reconhece a perda na demonstração do resultado.

Ao perder influência significativa sobre a controlada, a Companhia mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da controlada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado.

Apollo 17 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação

2.7. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

I) Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e sua controlada requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Ativos e passivos sujeitos às estimativas e premissas incluem impostos diferidos ativos, provisão para perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros, determinação a vida útil do ativo imobilizado e do período de amortização do direito de uso, provisão para riscos tributários, ambientais cíveis e trabalhistas, mensuração do custo orçado dos projetos, valor justo de instrumentos financeiros e estimativas constante em estudo de viabilidade.

II) Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, estão apresentados abaixo:

a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia e sua controlada aplicam uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. A Companhia e sua controlada não acompanham as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base, que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

A Companhia e sua controlada consideram um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 90 dias. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Apollo 17 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação

2.7. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

b) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de vendas em ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

c) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado de ativos, ele é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado.

d) Provisões para riscos para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas

A Companhia e sua controlada reconhecem provisão para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Apollo 17 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação

2.7. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis - continuação

e) Contabilização de contratos de concessão

Ativo de contrato de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a controlada da Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo de contrato.

A Administração da controlada da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo de contrato se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo de contrato é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, ambos baseados nos gastos incorridos. A receita de infraestrutura é acrescida a margem de construção.

A parcela do ativo de contrato indenizável final é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

A margem de lucro atribuída a obrigação de performance de implementação da infraestrutura é definida com base nas melhores estimativas e expectativas da Administração, onde são levados em consideração diversos fatores, como (i) características e complexidade do projeto, (ii) cenário macroeconômico e (iii) expectativas sobre investimentos e recebimentos.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a controlada da Companhia tem direito exclusivamente à remuneração pela obrigação de performance de operar e manter, e dos custos incorridos.

A taxa aplicada ao ativo de contrato de concessão reflete a taxa implícita do fluxo financeiro e representa a melhor estimativa da controlada da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão é estabelecida na data do leilão.

Apollo 17 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação

2.7. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis - continuação

e) Contabilização de contratos de concessão—continuação

Ativo de contrato de concessão--continuação

Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a controlada da Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo de contrato é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, são reconhecidos:

- (a) A receita de implementação de infraestrutura é determinada com base nos gastos incorridos e acrescida pela margem de construção reconhecida no leilão, e (b) os respectivos custos e encargos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados.

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelos valores dos custos incorridos no primeiro ano de operação, com base nos valores estimados no momento do leilão, acrescida da margem de operação. Posteriormente, a receita sofrerá alteração em função da inflação, à medida em que ocorrerá a prestação de serviços, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços.

f) Imposto de renda e contribuição social diferidos

São registrados ativos e passivos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos à medida em que é esperada a geração de lucro tributável futuro suficiente com base em projeções elaboradas pela Administração. Essas projeções incluem hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e da sua controlada e fatores que podem diferir das estimativas atuais.

Apollo 17 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação

2.7. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis - continuação

g) Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia e sua controlada não possuíam nenhum passivo contingente registrado ou a ser divulgado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3. Principais práticas contábeis

3.1. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.2. Reconhecimento de receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

A ANEEL procederá à revisão da RECEITA ANUAL PERMITIDA - RAP durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do contrato de concessão.

As receitas da controlada da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

Apollo 17 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis – Continuação

3.2. Reconhecimento de receita -- Continuação

a) Receita de implementação de infraestrutura

Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS e margem de construção ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra em contrapartida ao ativo contratual de concessão e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a controlada da Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento do leilão e não sofre alterações posteriores.

b) Receitas de remuneração dos ativos de contratos de concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera os riscos e prêmios específicos do empreendimento. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada na data de leilão da concessão. A taxa implícita utilizada pela controlada da Companhia incide sobre o montante a receber dos fluxos futuros de recebimento de caixa e foi definida em 8,85% a.a.

c) Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão

Refere-se a correção reconhecida com base no índice de correção definido para cada contrato de concessão assinado com o Poder Concedente, a partir da entrada em operação do empreendimento.

As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e de operação e manutenção estão sujeitas a correção monetária pela variação do IGPM ou IPCA e ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS registrados no passivo não circulante.

Apollo 17 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis - Continuação

3.2. Reconhecimento de receita - Continuação

d) Receita de operação e manutenção

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

3.3. Tributos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do período foram mensuradas ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias utilizadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

A Companhia é tributada pela sistemática do Lucro Real e não apurou impostos a pagar no exercício corrente, por não ter apresentado base de lucros tributáveis.

A sua controlada CGI optou pelo lucro presumido para apuração dos impostos, onde a provisão para imposto de renda foi constituída à base de cálculo de 8% e alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240 mil. A contribuição social foi calculada à base de cálculo de 12% e alíquota de 9% sobre o faturamento.

PIS e COFINS diferidos

O cálculo do PIS e da COFINS diferidos é efetuado sobre as receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de concessão e correção monetária apuradas sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil utilizando as alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Conforme ICPC 22 - Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre a Lucro, a Companhia e sua controlada avaliaram o conceito trazido pela norma em relação a eventuais divergências de entendimento com as autoridades fiscais, não identificando itens a serem destacados dentro de suas práticas.

Apollo 17 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis - Continuação

3.3. Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração

Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia e sua controlada apresentam seus instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.
- Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 define um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia e sua controlada não identificaram perdas (impairment) a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.
- Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia e sua controlada em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Apollo 17 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis - Continuação

3.3. Instrumentos financeiros - Continuação

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos - a Companhia e sua controlada não operam com instrumentos financeiros derivativos.

3.4. Provisão para perda do valor recuperável de ativos não financeiros

a) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

O ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há indicação de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se há indicação de que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados, e que possa ser estimado de maneira confiável.

A redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis, quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. A Companhia e sua controlada não identificaram perdas ("*impairment*") a serem reconhecidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Apollo 17 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis - Continuação

b) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e sua controlada, excetuando o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa - UGC exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo (ou da UGC) para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida, exceto ágio. A Companhia e sua controlada não identificaram perdas (“*impairment*”) a serem reconhecidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

3.5. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, caso contrário será registrado no circulante.

3.6. Determinação do valor justo

Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou não negociados em mercados ativos, a Companhia e sua controlada fazem a avaliação por meio do uso de diversas técnicas e usa seu julgamento para escolher métodos e definir premissas que se baseiam, principalmente, nas condições de mercado existentes na data do balanço e a análise de fluxos de caixa descontados.

Apollo 17 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis - Continuação

3.7. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia e sua controlada consideram equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

3.8. Custo de empréstimos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, quando do recebimento dos recursos. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido.

Custos de empréstimos e financiamentos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Custos de empréstimo e financiamentos compreendem juros e outros custos incorridos relativos ao empréstimo.

3.9. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos.

3.10. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas, que entram em vigor em 1º de janeiro de 2024 até findas em 31 de dezembro de 2024.

A Companhia avaliou os impactos e adotou a partir de 1º janeiro de 2024 das normas abaixo, concluindo que não houve impacto nas suas demonstrações financeiras.

- Acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado) – alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7;
- Classificação do passivo em circulante ou não circulante – alterações ao CPC 26 (IAS 1) e CPC 23 (IAS 8);

Apollo 17 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis - Continuação

- Passivo não circulante com covenants – alterações ao CPC 26 (IAS 1);
- Passivos de arrendamento em uma venda e leaseback – alterações ao CPC 06 (IFRS 16); e
- Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua associada ou joint venture – alterações ao CPC 36 e CPC 18 (IFRS 10 e IAS 28).

3.11. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabíveis, quando entrarem em vigor.

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21); e
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

A Companhia está avaliando os impactos das alterações emitidas pelo IASB e pretende adotar estas novas normas e interpretações, se aplicáveis, quando forem emitidas pelo CPC e estiverem em vigor.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Bancos	-	-	7.099	11
Aplicações Financeiras	244	629	2.846	13.401
Total	244	629	9.945	13.412

As aplicações correspondem a fundos de investimento em renda fixa, sendo aplicações automáticas vinculadas a conta corrente e com liquidez diária. São consideradas instrumentos financeiros mensurados ao valor justo.

As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e foram remunerados, em média, 97% do CDI em 31 de dezembro de 2023 na controladora e 97% no consolidado (100% em 31 de dezembro de 2023 na controladora).

Apollo 17 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a receber

Composição das contas a receber

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber de concessionários e permissionários	4.162	3.578
Total	4.162	3.578

A Administração avalia as perdas esperadas nas contas a receber no momento do registro da receita e na data do balanço. Nenhuma provisão para perda foi considerada necessária e desta forma não foi registrada nenhuma provisão para *impairment* das contas a receber.

6. Ativo contratual de concessão

Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão da controlada CGI, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigações de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam a seguinte composição:

	Consolidado	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	344.182	332.569
Receita de remuneração do ativo de concessão	35.481	46.394
Receita de operação e manutenção	5.160	5.031
Realização ativo contratual	(39.189)	(39.812)
Total	345.634	344.182
Circulante	39.571	38.890
Não Circulante	306.063	305.292

Apollo 17 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Caixa restrito

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Aplicação financeira - Itau (i)	5.762	4.911	5.762	4.911
Aplicação financeira - BNB (ii)	-	-	8.142	4.029
	5.762	4.911	13.904	8.940

(i) Saldo vinculado às debêntures simples emitidas em 15 de abril de 2021.

(ii) Conta vinculada ao saldo de empréstimo e financiamento com BNB, mantido até o final do contrato em agosto de 2038.

8. Investimentos

Composição

Descrição	Participação	Participação	Saldo em	Saldo em
	societária em 2024	societária em 2023	31/12/2024	31/12/2023
CGI - Transmissora Campina Grande S.A.	239.819	226.091	239.819	226.091
Subtotal entidade	239.819	226.091	239.819	226.091
Total Investimentos	239.819	226.091	239.819	226.091

Apollo 17 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Investimentos (continuação)

Dados dos investimentos e informações financeiras das empresas investida

Saldo em 31/12/2024								
Companhia	Quantidade de ações ordinárias detidas pela Companhia	Patrimônio Líquido	Participação da Companhia		Dados da controlada			Resultado do exercício
			no Capital Social %	no Patrimônio Líquido %	Receita líquida	Ativo	Passivo	
CGI - Transmissora Campina Grande S.A.	123.689.337	239.819	100%	100%	38.635	370.807	130.988	25.217

Saldo em 31/12/2023								
Companhia	Quantidade de ações ordinárias detidas pela Companhia	Patrimônio Líquido	Participação da Companhia		Dados da controlada			Resultado do exercício
			no Capital Social %	no Patrimônio Líquido %	Receita líquida	Ativo	Passivo	
CGI - Transmissora Campina Grande S.A.	123.689.337	226.091	100%	100%	47.721	367.698	141.607	32.462

Movimentação dos investimentos

Descrição	Saldo em 31/12/2023	Aporte de Capital	Dividendos distribuídos	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2024
CGI - Transmissora Campina Grande S.A.	226.091	-	(11.489)	25.217	239.819
Subtotal entidade	226.091	-	(11.489)	25.217	239.819

Descrição	Saldo em 31/12/2022	Aporte de Capital	Dividendos distribuídos	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2023
CGI - Transmissora Campina Grande S.A.	201.489	-	(7.860)	32.462	226.091
Subtotal entidade	201.489	-	(7.860)	32.462	226.091

Apollo 17 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Investimentos (continuação)

Movimentação Dividendos a receber

A movimentação dos dividendos a receber a composição é apresentada como segue:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo inicial	7.710	8.108
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	5.989	7.710
Dividendos intermediários	5.500	150
(-) recebimentos	13.210	(8.258)
Total a receber	5.989	7.710

9. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	<u>Controladora</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Empréstimos e financiamentos(a)	-	-	97.777	104.879
Debêntures (b)	87.712	88.062	87.712	88.062
Total	87.712	88.062	185.489	192.941
Circulante	11.522	9.608	22.274	20.583
Não circulante	76.190	78.454	163.215	172.358

(a) O contrato de financiamentos de sua controlada tem vencimento até 15 de agosto de 2038 e tem como garantias o saldo das aplicações financeiras vinculadas (nota 6) e os instrumentos contratuais:

Apollo 17 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empréstimos, financiamentos e debêntures - Continuação

- Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios;
- Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes dos Contratos de O&M;
- Cessão Fiduciária dos Direitos Emergentes da Autorização; e
- Penhor de Ações.

O contrato de financiamento possui o Covenant Financeiro de manter o indicador comprometimento da capacidade de pagamento menor ou igual a 70%.

A controlada da Companhia não possui cláusulas restritivas do contrato de financiamentos em default na data base.

(b) A Companhia realizou uma emissão privada de debêntures, em 15 de abril de 2021, onde foram emitidas 75.000 (setenta e cinco mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais) perfazendo o montante de R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais), realizada em série única, sendo remuneradas pelo IPCA + 5,6031% a.a.

O contrato de debêntures possui Covenants financeiros para manutenção do índice de cobertura do serviço da dívida maior do que 1,2, o qual foi cumprido em 31 de dezembro de 2024, e manter na conta reserva o valor mínimo do próximo pagamento.

A Companhia não identificou cláusulas restritivas do contrato de financiamentos em default na data base.

Apollo 17 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empréstimos, financiamentos e debêntures - Continuação

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures composição é apresentada como segue:

	Controladora	Controladora	Consolidado	Consolidado
Movimentação de empréstimos e financiamentos	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	88.062	83.941	192.941	197.715
Pagamentos principal	-	-	(7.174)	(8.800)
Pagamentos juros	(9.838)	(4.815)	(17.108)	(12.750)
Juros incorridos	9.271	8.720	16.318	16.266
Amortização do custo	217	216	512	510
Saldo final	87.712	88.062	185.489	192.941

Apollo 17 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empréstimos, financiamentos e debêntures - Continuação

O cronograma do passivo não circulante consolidado de vencimento das dívidas de longo prazo em 31 de dezembro de 2024 é conforme detalhe abaixo:

Parcelas vencíveis	2026	2027	2028	2029	Após 2030	Total
Empréstimos e financiamentos(a)	7.174	7.174	7.174	7.174	58.329	87.025
Debêntures (b)	8.757	11.018	13.711	16.866	25.837	76.190
	15.931	18.192	20.885	24.040	84.166	163.215

10. Obrigações tributárias

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ e CSLL correntes	-	-	235	281
Pis e Cofins Correntes	5	1	116	121
Parcelamento ICMS (a)	-	-	-	1.288
Impostos retidos na fonte	1	3	372	730
		4	723	2.420
Circulante	6	4	723	2.420
Não circulante	-	-	-	-
	6	4	723	2.420

(a) Parcelamento ICMS da secretaria de estado da fazenda (SEFAZ) da Paraíba e Pernambuco do montante R\$5.510 com juros e multa de mora em 60 vezes, com início do pagamento em 29 de outubro de 2019 até outubro de 2024.

Apollo 17 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Tributos diferidos

Descrição	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Pis e Cofins Diferidos	12.735	12.660
IRPJ e CSLL Diferidos	10.756	10.691
Totais	23.491	23.351
Circulante	1.549	1.517
Não circulante	21.942	21.834

A controlada CGI efetua o cálculo dos impostos diferidos sobre as receitas operação e manutenção e remuneração do ativo de concessão e correção monetária apuradas sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil que será amortizado até o final do prazo da concessão.

12. Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social autorizado e subscrito é de R\$ 153.933 dividido em 153.933 ações ordinárias nominativas, totalmente integralizado.

2024		
Acionista	Número de ações ordinárias	% do Capital da Companhia
Perfin Apollo Energia Fundo de Investimentos em Participações – IE	153.933.000	100%
	153.933.000	100%

2023		
Acionista	Número de ações ordinárias	% do Capital da Companhia
Perfin Apollo Energia Fundo de Investimentos em Participações – IE	153.933.000	100%
	153.933.000	100%

Apollo 17 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Patrimônio líquido - Continuação

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

Movimentação do capital social

Descrição	Data	Ações	Valor
Constituição	15/06/2020	1	1
Aumento de Capital	19/11/2020	69	69
Aumento de Capital	03/12/2020	1.100	1.100
Aumento de Capital	08/06/2021	214.033	214.033
Redução de capital	24/06/2021	(67.570)	(67.570)
Aumento de capital	06/04/2022	1.800	1.800
Aumento de capital	09/06/2022	4.500	4.500
Saldo em 31 de dezembro de 2024		153.933	153.933

Reserva de Capital

Em 30 de junho de 2021 foi aprovado aumento de capital na Companhia, esse aumento foi totalmente subscrito e integralizado pelo Fundo Perfin Apollo Energia Fundo de Investimentos em Participações – IE, por meio do aporte de 100% das ações da CGI - Transmissora Campina Grande Igarçu S.A. então de titularidade do fundo, gerando uma perda de capital de R\$ 69.914, correspondente a variação entre o montante do aumento de capital e o valor do acervo líquido aportado.

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 2024 foi constituída reserva legal no valor de R\$ 778 (em 2023 foi constituída reserva legal no valor de R\$ 1.151).

Reserva retenção de lucros

A Administração está destinando da conta de reserva de retenção de lucros, para a conta de reserva de lucros a realizar. Dessa forma, os valores mantidos nessa rubrica serão distribuídos conforme deliberação dos Acionistas e conseqüente geração de caixa pela Companhia.

Apollo 17 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Patrimônio líquido - Continuação

Reserva de lucros a realizar

Foi alocado de reservas de lucros para reserva de lucros a realizar o montante de R\$ 1.451 em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 11.614 em 31 de dezembro de 2023. Essa parcela se refere ao ativo e passivo com prazos de realização financeira que ocorrerão em exercícios futuros. Dessa forma, os valores mantidos nessa rubrica serão distribuídos conforme deliberação dos Acionistas e realização financeiras dos saldos de ativo contratual e, conseqüente geração de caixa pela Companhia.

Destinações dos resultados

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia. A distribuição de dividendos deverá corresponder a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido da Companhia no exercício social, salvo nas hipóteses de reinvestimento, conforme aprovado pelos acionistas. A Companhia destinou dividendos em 2024 no valor de R\$ 3.693, mantendo um saldo de R\$ 1.451 em Reservas de lucros a realizar, e serão distribuídos conforme deliberação dos Acionistas e realização financeiras dos saldos de ativo contratual e, conseqüente geração de caixa pela Companhia.

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do exercício	15.551	23.018
(-) Reserva legal (5%)	(778)	(1.151)
(-) Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(3.693)	(5.468)
(-) Reserva de lucros a realizar	(1.451)	(11.614)
(-) Reserva de retenção de lucros	(9.629)	(4.785)
	<u>-</u>	<u>-</u>

Dividendos a pagar

A movimentação dos dividendos a pagar composição é apresentada como segue:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo inicial	11.221	5.756
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	3.693	5.468
(-) pagamentos	(2.700)	-
Total a pagar	<u>12.214</u>	<u>11.221</u>

Apollo 17 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Patrimônio líquido - Continuação

Transações com partes relacionadas

Conforme definido em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 16 de junho de 2021, os membros da diretoria não são remunerados. A Companhia não incorreu em gastos relacionados a remuneração de diretores para o período findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

13. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta		
Receita de remuneração dos ativos de concessão	35.481	46.394
Receita de operação de manutenção	5.160	5.031
Total da receita bruta	40.641	51.425
Tributos e demais deduções sobre a receita		
Pis	(265)	(334)
Cofins	(1.219)	(1.543)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(104)	(105)
Ministério de minas e energia – MME	(74)	(75)
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	(149)	(150)
Taxa fiscalização serviços energia – TFSEE	(150)	(1.452)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(45)	(45)
	(2.006)	(3.704)
Receita operacional líquida	38.635	47.721

Apollo 17 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13.Receita operacional líquida - Continuação

13.1. Margens das obrigações por performance

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Receita operação e manutenção	5.160	5.031
Custo de operação e manutenção	(3.779)	(3.340)
Margem - R\$	1.381	1.691
Margem - %	26,76%	33,61%

13.2. Reajuste tarifária anual

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através da Resolução Homologatória nº3.216 de 04 de julho de 2023, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor a partir de 1º de julho de 2023, cujo impacto tarifário para o ciclo 2023/2024 referente aos contratos reajustados foi pelo IPCA de 3,94%.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada cinco anos. A primeira Revisão Tarifária da Companhia deveria ocorrer em 01 de julho de 2023, porém, através do ofício circular nº 20/2023 -SFF, a ANEEL postergou a revisão tarifaria periódica para julho de 2024. A próxima Revisão Tarifária será em 01 de julho de 2028, em 28 de dezembro de 2023.

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através da Resolução Homologatória nº3.348 de 16 de julho de 2024, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor a partir de 1º de julho de 2024, cujo impacto tarifário para o ciclo 2024/2025 referente aos contratos reajustados foi pelo IPCA de 3,93%, na mesma resolução ocorreu o impacto da revisão tarifaria periódica com efeito retroativo negativo de -3,63%, com impacto final de 0,30%.

14. Custos dos serviços prestados por natureza

Descrição	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Custo de operação e manutenção	(3.779)	(3.340)
	<u>3.779</u>	<u>(3.340)</u>

Descrição	2024	2023
Serviços de terceiros	(3.510)	(3.155)
Seguros em geral	(190)	(169)
Materiais diversos	(40)	(16)
Locação de equipamentos	(39)	-
	<u>(3.779)</u>	<u>(3.340)</u>

Apollo 17 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Despesas administrativas e outras despesas (receitas) operacionais

	31/12/2024			31/12/2023		
	Controladora					
	Gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais	Total	Gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais	Total
Serviços de auditoria e consultoria	(65)	-	(65)	(122)	-	(122)
Serviços advocatícios	(13)	-	(13)	(104)	-	(104)
Outras despesas operacionais	(389)	-	(389)	(575)	-	(575)
Total	(467)	-	(467)	(801)	-	(801)

	31/12/2024			31/12/2023		
	Consolidado					
	Gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais	Total	Gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais	Total
Serviços de auditoria e consultoria	(440)	-	(440)	(676)	-	(676)
Serviços advocatícios	(160)	-	(160)	(323)	-	(323)
Outras receitas (despesas)	(418)	13	(405)	(601)	126	(475)
Total	(1.018)	13	(1.005)	(1.600)	126	(1.474)

Apollo 17 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Resultado financeiro

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras				
Rendimento - aplicação financeira	474	482	1.556	2.026
Outros	-	-	7	4
	474	482	1.563	2.030
Despesas financeiras				
Juros sobre as debêntures	(9.271)	(8.720)	(9.271)	(8.720)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(7.047)	(7.546)
Juros e multas passivas	-	-	(435)	(853)
Amortização dos custos de transação	(217)	(216)	(512)	(510)
Despesas bancárias (*)	-	(7)	(772)	(1.749)
Descontos concedidos	-	-	(1)	(185)
Outras despesas financeiras	(185)	(182)	(227)	(270)
	(9.673)	(9.125)	(18.265)	(19.833)
	(9.199)	(8.643)	(16.702)	(17.803)

(*) R\$509 em dezembro de 2024 referente a fiança bancária com banco Bradesco como garantia do contrato de financiamento do banco BNB (R\$1.306 em dezembro de 2023).

17. Imposto de renda e contribuição social correntes

Descrição	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Receita de Transmissão de energia	38.563	39.436
Receitas Financeiras	1.082	1.544
Outras receitas	-	5
Lucro presumido base IRPJ (8%)	4.167	4.704
IRPJ corrente (25%)	(1.019)	(1.152)
Lucro presumido base CSLL (12%)	5.710	6.281
CSLL corrente (9%)	(514)	(565)
IRPJ e CSLL corrente	(1.533)	(1.717)

Apollo 17 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social são calculados e registrados com base no resultado tributável, considerando as alíquotas previstas pela legislação para o regime de tributação pelo lucro presumido:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Receita de remuneração de ativos de concessão	35.481	46.394
Receita de operação de manutenção	5.160	5.031
Receita de Transmissão de energia faturada, mas não recebida	628	374
(-) Realização ativo contratual de concessão	(39.189)	(39.812)
Lucro presumido base IRPJ (8%)	166	959
IRPJ diferido (25%)	(42)	(240)
Lucro presumido base CSLL (12%)	250	1.438
CSLL diferido (9%)	(23)	(129)
IRPJ e CSLL diferidos	(65)	(369)

19. Provisões para riscos tributários, ambientais cíveis e trabalhistas

A Companhia e sua controlada não têm riscos tributários, ambientais, cíveis ou trabalhistas avaliados como perda provável ou possível, bem como até a data da autorização da emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

20. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos

Instrumentos financeiros

Os principais ativos financeiros da Companhia e sua controlada incluem: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber. Os principais passivos financeiros da Companhia e sua controlada referem-se a empréstimos, financiamentos e debêntures, fornecedores. O principal propósito desses passivos financeiros é financiar as operações da Companhia e sua controlada.

A Companhia e sua controlada mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

Apollo 17 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos - Continuação

A Companhia e sua controlada aplicam o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1);
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2);
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

Instrumentos financeiros—continuação

Controladora:

	31/12/2024		31/12/2023		Classificação	Nível
	Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo		
Ativos financeiros						
Aplicações financeiras	244	244	629	629	Valor justo por meio do resultado	2
Caixa restrito	5.762	5.762	4.911	4.911	Valor justo por meio do resultado	2
Passivos financeiros						
Fornecedores	14	14	36	36	Custo amortizado	-
Debêntures	87.712	87.712	88.062	88.062	Custo amortizado	-

Consolidado:

	31/12/2024		31/12/2023		Classificação	Nível
	Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo		
Ativos financeiros						
Equivalentes de caixa	7.099	7.099	11	11	Valor justo por meio do resultado	2
Aplicações financeiras	2.846	2.846	13.401	13.401	Valor justo por meio do resultado	2
Contas a receber	4.162	4.162	3.578	3.578	Custo amortizado	-
Caixa restrito	13.904	13.904	8.940	8.940	Valor justo por meio do resultado	2
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	97.777	97.777	104.879	104.879	Custo amortizado	-
Debêntures	87.712	87.712	88.062	88.062	Custo amortizado	-
Fornecedores	1.052	1.052	1.242	1.242	Custo amortizado	-

Apollo 17 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos - Continuação

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no período findo em 31 de dezembro de 2024.

Gestão de capital

A Companhia e sua controlada realizam a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus investidores.

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e de sua controlada. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. Tais políticas e procedimentos foram definidos no Manual de Compliance e Integridade e na Política de Gestão Integrada de Riscos de *Compliance* da Perfin.

Os principais fatores de risco inerentes à Companhia e às operações da sua Controlada CGI podem ser assim identificados:

i) *Riscos de crédito*

A controlada da Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela Diretoria Financeira, respeitando limites de crédito definidos.

ii) *Risco de preço*

As receitas da controlada da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA.

Apollo 17 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos - Continuação

iii) *Riscos de liquidez*

A principal fonte de caixa é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

Risco de liquidez é a possibilidade de a Companhia e de sua controlada não cumprir suas obrigações financeiras nos prazos previstos, ou enfrentar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez no mercado. A gestão do Fluxo de Caixa é responsabilidade da Administração da Companhia e de sua controlada.

iv) *Risco de taxa de juros*

É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia e de sua controlada a mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. A Companhia e sua controlada gerenciam o risco de taxa de juros mantendo uma equilibrada a participação de empréstimos e financiamentos atrelados a indicadores com menores taxas e baixa flutuação no curto e longo prazo.

iii) *Risco de taxa de juros--continuação*

Análise de sensibilidade das aplicações financeiras

Para verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia e sua controlada estavam expostas na data-base de 31 de dezembro de 2024, foram definidos 5 cenários diferentes. A base para definir esses cenários foi o Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil em 20 de janeiro de 2025, de onde foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações.

Apollo 17 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos - Continuação

A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2024 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

				Projeção Despesas Financeiras – Um Ano				
				Cenário Provável	Risco de Redução		Risco de Aumento	
					Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Aplicações financeiras – Consolidado (em milhares de R\$)	Indexador	% do Indexador	Posição em 31.12.2024					
Aplicações financeiras				11,8825%	5,9413%	8,9119%	14,8531%	17,8238%
Aplicações financeiras	CDI	97,0%	9.945	1.182	591	886	1.477	1.773
Caixa restrito	CDI	97,0%	13.904	1.652	826	1.239	2.065	2.478
Total			23.849	2.834	1.417	2.125	3.542	4.251

				Projeção Despesas Financeiras – Um Ano				
				Cenário Provável	Risco de Redução		Risco de Aumento	
					Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Aplicações financeiras – Consolidado (em milhares de R\$)	Indexador	% do Indexador	Posição em 31.12.2023					
Aplicações financeiras				11,7500%	5,8750%	8,8125%	14,6875%	17,6250%
Aplicações financeiras	CDI	100,0%	13.401	1.575	787	1.181	1.968	2.362
Caixa restrito	CDI	100,0%	8.940	1.050	525	788	1.313	1.576
Total			22.341	2.625	1.313	1.969	3.281	3.938

Apollo 17 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos - Continuação

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas aos quais a Companhia e sua controlada estavam expostas na data-base de 31 de dezembro de 2024, foram definidos 05 cenários diferentes. Como cenário provável, adotado pela Companhia e sua controlada, o IPCA projetado foi obtido por meio de dados extraídos do site do BACEN; e a partir destes parâmetros foram calculados os cenários I e II com 25% e 50% de redução do risco e os cenários III e IV com 25% e 50% de elevação do risco, respectivamente.

Contas a pagar - Consolidado (em milhares de R\$)	Indexador	Taxa de Juros média a.a. (*)	Posição em 31.12.2024	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
				Cenário Provável	Risco de Redução		Risco de Aumento	
					Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Empréstimos e financiamentos				7,34424%	4,87132%	6,10778%	8,58070%	9,81716%
Debêntures				10,70373%	8,15341%	9,42857%	11,97889%	13,25404%
Empréstimos e financiamentos	IPCA	2,4%	97.777	7.181	4.763	5.972	8.390	9.599
Debêntures	IPCA +	5,6%	87.712	9.388	7.152	8.270	10.507	11.625
Total			185.489	16.569	11.915	14.242	18.897	21.224

Contas a pagar - Consolidado (em milhares de R\$)	Indexador	Taxa de Juros média a.a. (*)	Posição em 31.12.2023	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
				Cenário Provável	Risco de Redução		Risco de Aumento	
					Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Empréstimos e financiamentos				7,12921%	4,76380%	5,94650%	8,31191%	9,49461%
Debêntures				10,48196%	8,04253%	9,26225%	11,70168%	12,92139%
Empréstimos e financiamentos	IPCA	2,4%	104.879	7.477	4.996	6.237	8.717	9.958
Debêntures	IPCA +	5,6%	88.062	9.231	7.082	8.157	10.305	11.379
Total			192.941	16.708	12.079	14.393	19.022	21.337

21. Seguros

Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão assim compostos:

	Valor segurado	Prêmio total (em Reais)	Vigência
Responsabilidade civil	R\$ 10.000.000,00	R\$ 16.114	27/05/2024 até 27/05/2025
Risco Operacional	R\$ 30.000.000,00	R\$ 198.870	27/05/2024 até 27/05/2025

Apollo 17 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa

Controladora

Descrição	31/12/2023	Fluxo de Caixa	Movimentação não caixa		31/12/2024
			Amortização custo	Juros	
Debêntures	88.062	(9.838)	217	9.271	87.712

Consolidado

Descrição	31/12/2023	Fluxo de Caixa	Movimentação não caixa		31/12/2024
			Amortização custo	Juros	
Debêntures	88.062	(9.838)	217	9.271	87.712
Empréstimos e financiamentos	104.879	(14.444)	295	7.047	97.777

23. Eventos Subsequentes

Conforme ata realizado em 24 de março de 2024 na controlada CGI Transmissora, a Administração aprovou a distribuição de dividendos intercalares no valor de R\$8.000 (oito milhões de reais) na Companhia